

Sumário Executivo

A Caminho da Era Digital no Brasil examina as oportunidades e os desafios suscitados pela digitalização no Brasil, analisa as políticas atuais, e faz recomendações para melhorá-las, com base no Marco de Políticas Integradas “A Caminho da Era Digital” da OCDE. A Revisão se concentra nos componentes do Marco de Políticas que foram selecionados, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Brasil.

Melhorando a conectividade

Serviços de comunicação de alta qualidade a preços competitivos são cruciais para a transformação digital no Brasil. A penetração da banda larga fixa e móvel é semelhante ao dos países da região, mas bem abaixo da média da OCDE. Os preços da banda larga fixa tendem a ser mais altos. A expansão da banda larga de qualidade para áreas rurais e remotas continua sendo o principal desafio.

O Brasil deve tomar outras medidas para melhorar a conectividade:

- criar uma agência reguladora unificada e independente para os setores de comunicação e radiodifusão
- reformar o arcabouço legal para introduzir um regime de licenciamento baseado em licença única para serviços de comunicação e radiodifusão
- melhorar a coordenação nos âmbitos federal, estadual e municipal para promover a implantação da banda larga
- integrar os fundos setoriais em um único fundo para apoiar o desenvolvimento da economia digital
- promover a Internet das Coisas (*Internet of Things*, IoT), por meio da abolição de taxas e do estabelecimento de um plano de numeração distinto para a IoT
- projetar cuidadosamente o próximo leilão do 5G, a fim de garantir a concorrência de mercado
- implementar as recomendações da *Revisão por Pares da OCDE sobre Legislação e Política de Concorrência* de 2019.

Aumentando a adoção e o uso de tecnologias digitais

O Brasil tem feito progressos significativos no que diz respeito à melhoria do acesso à Internet nos últimos anos. No entanto, o percentual da população adulta que nunca havia usado a Internet no ano de 2018 era de 23%. As empresas brasileiras, especialmente as microempresas, ficam atrás das empresas nos países da OCDE quanto ao uso de tecnologias digitais.

O Brasil deve implementar um conjunto mais amplo de políticas para aprimorar as competências digitais e abordar a desigualdade digital:

- aumentar a conscientização a respeito dos benefícios das tecnologias digitais, visando microempresas e indivíduos com baixo conhecimento digital
- introduzir incentivos fiscais para a atualização tecnológica, treinamento e investimentos em TIC para todas as empresas
- remover barreiras regulatórias ao desenvolvimento do *e-commerce*; igualar a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para todos os estados
- facilitar o reconhecimento formal das competências adquiridas em cursos on-line e treinamento vocacional

- aumentar o financiamento para estudantes de ciências, tecnologia, engenharia e matemática
- avançar com as recomendações da OCDE na publicação *Revisão do Governo Digital do Brasil: Rumo à Transformação Digital do Setor Público*.

Aumentando a confiança

O Brasil tem tomado medidas significativas para aumentar a confiança no ambiente digital, fortalecendo a segurança digital e a proteção aos dados pessoais e aos consumidores.

Para aumentar essa confiança ainda mais, o Brasil deve:

- implementar a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética, estabelecendo uma ampla comunidade de líderes em segurança digital provindos dos setores público e privado
- promover uma abordagem descentralizada quanto à governança da segurança digital, com ministérios e agências liderando suas áreas de competência e o GSI/PR como coordenador
- fortalecer o diálogo sobre segurança digital com várias partes interessadas, com base no modelo brasileiro de governança da Internet
- reavaliar e alterar as condições que estabelecem a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), no Artigo 55-A da Lei 13.709, para garantir que a Autoridade opere com total independência a partir da data de seu estabelecimento
- garantir que as regras para a nomeação do Conselho de Administração da ANPD e do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais sejam transparentes, justas e baseadas em conhecimentos técnicos
- garantir um orçamento adequado e previsível para a ANPD através de um processo transparente
- continuar a implementação da *Recomendação do Conselho da OCDE sobre Proteção do Consumidor no E-Commerce*.

Desencadeando a inovação digital

Os gastos com P&D no Brasil em relação ao PIB estão acima dos países da América Latina e do Caribe, mas ainda estão atrás dos países da OCDE. Além disso, os gastos empresariais representam uma parcela menor do total de P&D no Brasil, especialmente no setor de TIC.

Para fortalecer a inovação digital, o Brasil deve:

- direcionar o apoio público à inovação digital para a pesquisa orientada a missões, com base no modelo do Plano Nacional de Internet das Coisas
- garantir recursos públicos adequados, estáveis e previsíveis para a pesquisa em TICs
- desenvolver roteiros claros para o avanço das principais tecnologias digitais, por exemplo, inteligência artificial e análise de dados, em cooperação com todas as partes interessadas
- reformar a Lei de Informática, a fim de fortalecer seu apoio à inovação
- tornar a Lei do Bem mais adequada para jovens empresas inovadoras por meio de cláusulas de reembolso em dinheiro ou compensação de prejuízos fiscais
- aumentar a transferência de conhecimento entre empresas e o meio acadêmico
- fortalecer *hubs* de inovação para pequenas e médias empresas; abrir o *e-procurement* para soluções inovadoras das *startups*.

Promovendo a transformação digital da economia

O Brasil tem desenvolvido uma estratégia abrangente de transformação digital em áreas tais como agricultura, indústria e serviços, com foco em novos modelos de negócios orientados a dados. Outras ações políticas devem ser tomadas nos seguintes setores:

Agronegócio

- Promover uma rede nacional de inovação e uma plataforma de teste para o agronegócio.
- Desenvolver um marco inclusivo para a governança de dados agrícolas.
- Alinhar o Plano Nacional de Internet das Coisas com a Agenda Estratégica do Setor de Agricultura de Precisão.

Manufatura

- Aumentar a adoção de tecnologia estrangeira.
- Reduzir a incerteza tributária para novos modelos de negócios ativados digitalmente.
- Fortalecer os mecanismos de governança e coordenação das políticas da Indústria 4.0.

Fintechs

- Criar condições igualitárias para novas instituições de pagamento.
- Promover a concorrência no mercado de crédito.
- Melhorar a coordenação entre os reguladores financeiros e promover *sandboxes* regulatórios.

Cibermedicina

- Validar e ampliar o programa de cibermedicina do Brasil, o Conecte SUS, em todas as regiões do país.
- Melhorar a interoperabilidade e a coordenação entre os sistemas de saúde públicos e privados.
- Atualizar o marco regulatório para proteção de dados de saúde e segurança da informação.

Construindo uma abordagem integral do governo (*whole-of-government*)

Em 2018, o Brasil publicou sua Estratégia de Transformação Digital (E-Digital) para o período de 2018-21. A estratégia visa coordenar diferentes iniciativas governamentais quanto a questões digitais.

Para desenvolver uma abordagem integral do governo (*whole-of-government*) para as políticas de transformação digital, o Brasil deve:

- esclarecer as regras para o processo de tomada de decisão no Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital)
- integrar as decisões da CITDigital no processo regular de elaboração de políticas, por exemplo, através de uma Medida Provisória
- destinar verbas para a implementação da E-Digital dentro da lei orçamentária de maneira clara.



From:
Going Digital in Brazil

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/e9bf7f8a-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2020), "Sumário Executivo", in *Going Digital in Brazil*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/fb296a62-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.